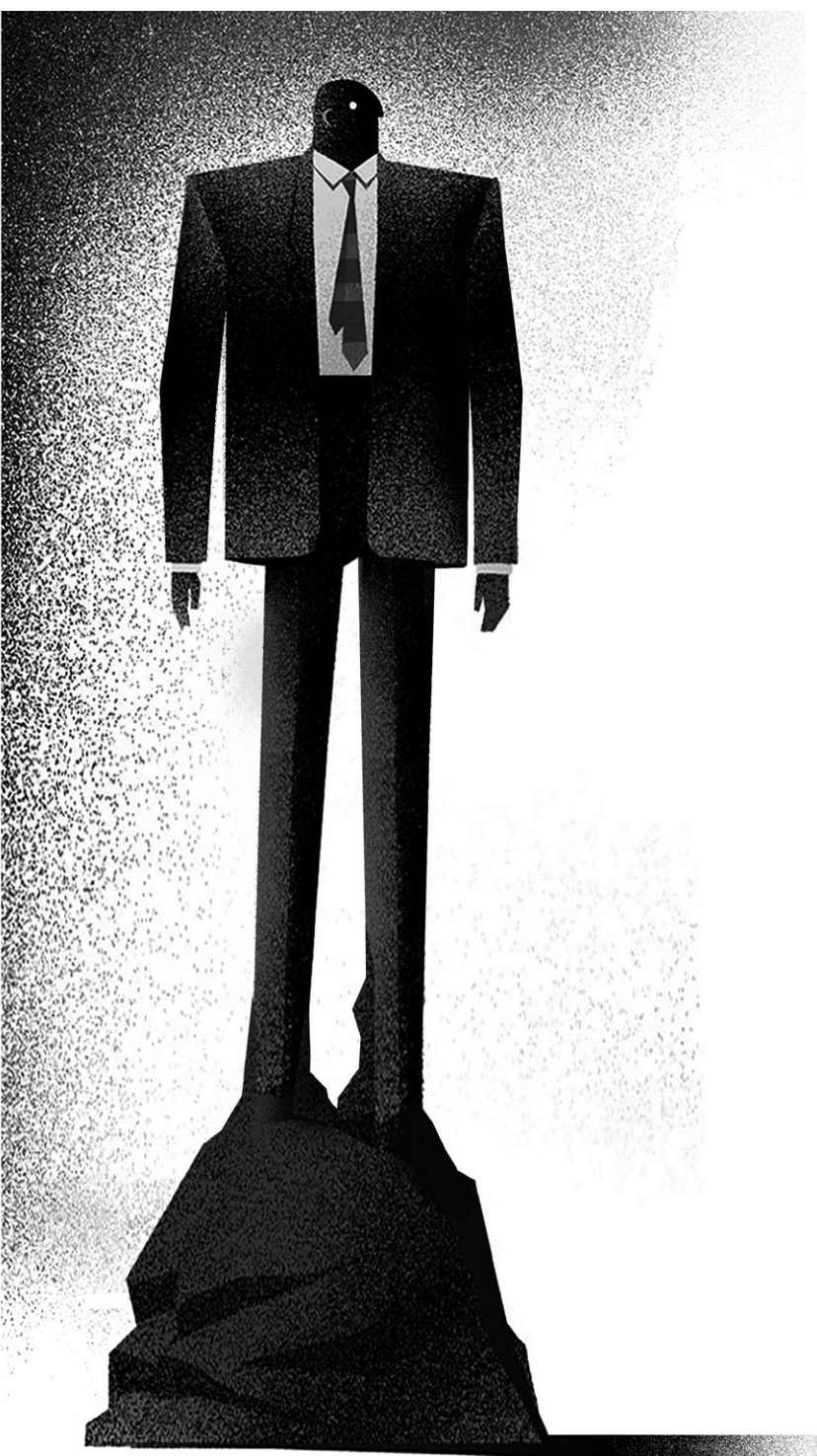


De farol a retrovisor

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)



Mais uma vez o eleitor alerta as forças progressistas, votando em candidatos conservadores, inclusive da extrema direita. No regime militar, havia unanimidade na defesa da democracia e de conquistas sociais que a direita negava. Na primeira eleição direta, os democratas já se dividiram e o eleitor preferiu o candidato da direita, que defendia o fim dos marajás encastelados na máquina do Estado. A esquerda ficou como defensora de privilégios e não se livrou mais dessa marca.

As forças progressistas foram salvas pelo impeachment de Fernando Collor devido a suspeitas de corrupção. O bom governo de Itamar Franco, especialmente no controle da inflação, permitiu eleger Fernando Henrique Cardoso, que consolidou imagem positiva dos democratas progressistas. Na continuação, o eleitor avançou para a esquerda elegendo seguidamente quatro governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Mas, em nenhum momento, com unidade progressista: o PT fez oposição ao PSDB, e o PSDB, ao PT. Essa divisão aliada aos erros de gestão e o envolvimento com corrupção elegeram a extrema direita em 2018, menos por desejo conservador do que por antagonismo e cansaço com o discurso e comportamento da esquerda, especialmente o PT.

O eleitor fica conservador sobretudo pelo esgotamento das propostas de esquerda. Apesar da ineficiência, desperdício e corrupção do Estado, a esquerda continuou tratando estatal como sinônimo de público, sem apresentar críticas nem propostas para superar as fragilidades dos governos. Preferiu ficar do lado dos servidores públicos e seus sindicatos do que dos usuários dos serviços públicos. Perdeu a capacidade de encantar o eleitorado com propostas alternativas desejadas pelo povo, ficou igual a direita e com menos eficiência.

O eleitor deixou de desejar melhorar o Estado e passou a desejar acesso aos serviços privados, prefere a direita porque lhe parece mais eficiente para administrar os mesmos programas da esquerda. Embora criado em 1995 em governo do PT no DF, o Bolsa Escola, levado para o Brasil por Fernando Henrique Cardoso e adotado pelo governo Lula como Bolsa Família, não é mais um programa de esquerda. Foi mantido inclusive por Bolsonaro com o nome de Auxílio Brasil. Apesar de 26 anos no poder, 16 dos quais sob o PT, as esquerdas nunca apresentaram uma estratégia de reforma social para erradicar a pobreza, distribuir melhor a renda nacional, vacinar a política contra corrupção. As bolsas, o SUS e o aumento do salário mínimo acima da inflação reduzem a penúria, mas não eliminam o quadro de pobreza nem diminuem a concentração de renda, talvez até agravada pela criação de privilégios e pela migração para as cidades, com crescimento da violência.

A esquerda não apresenta alternativas estruturais para eliminar o quadro de pobreza, distribuir renda, crescer a economia respeitando o meio ambiente, publicizar as estatais, implantar um sistema nacional de educação de base com equidade, organizar cidades

com convivialidade e pacíficas. Quando se diferencia da direita e acena corretamente para o futuro com propostas humanistas — direitos dos povos originários, preservação das reservas indígenas, solidariedade aos imigrantes venezuelanos, suspensão de produção de combustível fóssil —, a esquerda perde eleitores porque não oferece benefícios para os que sofrem perdas no presente.

Na educação, os governos progressistas se concentraram em aumentar o número de alunos no ensino superior sem reformas estruturais na educação de base. Ficaram mais identificados com os servidores e suas longas greves do que com a melhoria da qualidade, ainda menos com a busca de equidade em um sistema único nacional público, que universalize a escola com qualidade independentemente da renda e do endereço da família.

Com a arrogância de monopolistas da verdade, os militantes de esquerda se recusam a ver o esgotamento de seu discurso e acusam os eleitores de estarem errados ou apontam defeitos da direita — eleitoralismo, populismo, uso de dinheiro, demagogia, corrupção —, esquecendo que hoje a esquerda pratica os mesmos defeitos, passa a mesma falta de utopia e transmite menos confiança. Fica impossível atrair o eleitor quando os líderes de direita praticam religião como política e os candidatos de esquerda praticam política como religião.

Sem apontar rumo para o futuro e sem discurso para o eleitor atual, a esquerda se esgota, fica eleitoreira sem se ajustar ao que pensa e deseja o eleitor. Deixa de ser farol e vira retrovisor, papel que deve caber com naturalidade à direita, cujo papel é conservar, não progredir.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Fim do futuro

Para os observadores internacionais que acompanham de perto a evolução do Brics pela avenida do Sul Global, está cada vez mais claro que esse bloco tem apenas uma fachada, ou verniz, de bloco econômico comum e, muito mais, um propósito estratégico, político e militar de médio prazo para cercar as democracias do mundo, sobretudo a sua mais importante personificação dada pelos Estados Unidos da América.

A primeira lição de um mundo desenvolvido é dada pela seguinte sentença: o capitalismo liberal (e não o capitalismo de Estado) é o único parceiro possível para as democracias. Em outras palavras, não existe capitalismo liberal sem democracia, e vice-versa. São justamente esses dois pilares da civilização Ocidental que China, Rússia e agregados buscam superar, ou mais precisamente demolir, erigindo em seu lugar a fantasia do capitalismo de Estado, orientado por ditaduras frontalmente contrárias aos direitos humanos e a tudo que se refere à liberdade.

Nesta terça-feira, na Rússia, começou a 16ª Cúpula do Brics. Nessa ocasião, todo o teatro está armado para demonstrar que o presidente daquele país e membro desse bloco não está sozinho em seus propósitos de trazer das cinzas a velha e carcomida União Soviética. Só que esse seu sonho de marechal de hospício tem levado consigo milhões de mortos desde que ele assumiu o controle da Rússia. Apenas nessa sua cruzada atual de 30 meses contra a Ucrânia, os analistas militares contabilizam quase 600 mil soldados russos mortos em combate. No lado ucraniano, as baixas chegam perto de 190 mil soldados.

Para o governo tirânico da Rússia, o Brics tem sido praticamente o único apoio que recebe do mundo, principalmente na forma de ajuda econômica, facilitando a comercialização de seus produtos, driblando, assim, as sanções internacionais. Não fosse esse bloco, a Rússia, possivelmente, já teria capitulado diante do preço absurdo em vidas e do financiamento pesado do Estado nesse esforço de guerra.

Um terço de todo o orçamento do governo russo vai para área militar. Tem sido assim desde que Putin chegou ao poder. A questão aqui é de se perguntar: como pode um único homem, pequeno em estatura e sabedoria, erguer atrás de si um imenso cemitério de milhões de mortos, na sua grande maioria composto por jovens e pessoas no auge da capacidade operativa, arruinando e comprometendo o futuro do próprio país? O bom senso, nos tempos em que essa virtude era cultivada, sempre recomendou o afastamento de pessoas sanguinárias e belicosas, pois desse tipo de companhia o que se colhe é a morte e destruição.

Ao lado desse companheiro pra lá de problemático, o Brasil se junta também à China, outra parceria comprometida seriamente com questões de direitos humanos, com dezenas de milhares de presos políticos e uma soma igual em desaparecidos ou deletados da vista. Não bastasse esse problema interno, a China, seguindo o exemplo da Rússia, prepara-se em ritmo acelerado para invadir Taiwan — possivelmente agora em 2025. Quem dá essa certeza é ninguém menos do que o ministro da Defesa da ilha. Esse conflito regional pode facilmente envolver também os Estados Unidos, levando o mundo a um período de confrontações cujo desfecho pode se dar pelo uso de armas nucleares.

A esse grupo de encrenqueiros se junta agora o Irã, principal cabeça do chamado “eixo do mal”, pelo seu envolvimento e financiamento a grupos terroristas como Hamas, Hezbollah e outros que visam destruir o Ocidente, sua cultura e suas crenças. Com companhias como essas, a pergunta que surge é: como o Brasil, cujas Forças Armadas vivem seu pior momento, com a debandada de praças e suboficiais por conta dos baixos salários, irá se posicionar? O pior, se é que pode haver pior nesse caso, é que o Brasil pretende levar para esse bloco de incendiários, países aqui da América Latina e Caribe, como Nicarágua, Cuba e Venezuela.

A parceria militar entre Coreia do Norte e Rússia, para onde tem enviado milhares de soldados para morrer nos campos da Ucrânia, parece abrir caminho também para, em um futuro próximo, o país comandado pelo lunático Kim Jong-un possa vir a se juntar ao Brics, transformando esse bloco num caso de risco para todo o planeta. Tivesse um governo sério e comprometido com o futuro do Brasil, parceria dessa natureza seria impensável. Pois tudo o que esse bloco almeja é que o planeta esqueça essa coisa de futuro.

Pressão leva Comissão Europeia a adiar regulamentação sobre desmatamento

» PAULA WOJCIKIEWICZ ALMEIDA

Professora da FGV Direito Rio, coordenadora do Centro de Pesquisa em Direito Global (CPDG) e do Centro de Excelência Jean Monnet EU-South-America Global Challenges

» GABRIEL RALILE

Pesquisador do Centro de Pesquisa em Direito Global (CPDG) da FGV Direito Rio

Originalmente prevista para ter seus efeitos em vigor em dezembro de 2024, a Regulamentação sobre Desmatamento da União Europeia (em inglês, European Deforestation-Free Regulation — EUDR) finalmente dá sinais de que será adiada. Motivo de preocupação entre governos, produtores e comerciantes, a norma visa proibir a entrada e a circulação de produtos de sete commodities (soja, gado, óleo de palma, madeira, cacau, café e borracha natural) no mercado da União Europeia (UE) se originados de regiões desmatadas. Contudo, desafios e incertezas permeiam sua implementação, o que ensejou diversas reações globais em busca de soluções para esses problemas.

Um dos principais desafios da EUDR é seu curto período de transição e a falta de vários documentos de apoio, como diretrizes para sua implementação e uma metodologia para o sistema de classificação de risco de países previsto na norma (benchmarking). Após diversas pressões internacionais para adiar a entrada em vigor da EUDR, inclusive por parte do Brasil, em 1º de outubro de 2024, a Comissão Europeia propôs um período adicional de transição de 12 meses, o que ainda deve ser avaliado pelo Parlamento e pelo Conselho Europeu.

Na mesma oportunidade, a União Europeia (UE) emitiu uma série de documentos de apoio até então pendentes, sendo os principais uma primeira versão de diretrizes para

implementação da norma; a atualização, após quase um ano, do documento de Perguntas Frequentes; um guia de usuário para o sistema eletrônico, que congregará informações sobre operações no âmbito da EUDR; e um documento norteador de estrutura estratégica para a cooperação internacional.

Destaque vai para o tão aguardado documento de diretrizes, uma vez que diversas dúvidas pairam quanto ao tema. Em 11 capítulos, tópicos abordados incluem definições legais, cronograma, procedimentos de due diligence, cadeia de suprimentos, legalidade, produtos, certificações e uso agrícola. O documento também inclui cenários que visam ilustrar, de forma mais palpável, como a norma será aplicada na prática. De todo modo, ditas diretrizes não conseguem abarcar todas as atuais dúvidas de operadores e comerciantes, estando outro grande problema na ainda demora da implementação de diversos mecanismos previstos na EUDR.

Outras novidades incluem a criação de páginas específicas para dirimir as principais dúvidas de pequenos produtores e para “desmitificar” algumas das principais preocupações em relação à norma. Quanto ao segundo, ressalta-se que diversos apontamentos ainda não estão pacificados, tampouco foram devidamente endereçados pela UE. É o caso, por exemplo, da afirmação de que não há incongruências entre a EUDR e as

normas de comércio internacional, o que tem sido amplamente contestado nos foros internacionais. Ademais, restam pendentes a metodologia para o benchmarking, que deve ficar pronta até junho de 2025, e estudo para extensão do escopo da EUDR para outros tipos de terrenos arborizados, sem atualizações até então.

A demora e a falta de transparência quanto a esses diversos documentos e instrumentos, somadas a um curto período de transição, criam maior insegurança entre os atores envolvidos. No que pese o válido objetivo de promover a preservação ambiental, o processo de implementação da EUDR não pode desconsiderar os atores que serão afetados direta ou indiretamente por ela, ensejando um engajamento multissetorial, seja na União Europeia, seja com a comunidade internacional.

Ao atender às demandas internacionais, a UE deu um passo para uma implementação mais harmoniosa da EUDR, que garanta que os stakeholders estejam devidamente preparados para a implementação da regulamentação. Contudo, desafios ainda persistem, inclusive dada a falta de maiores direcionamentos quanto à norma e disponibilização dos instrumentos e documentos de apoio à sua implementação. Isso requer uma manutenção de diálogos com a comunidade internacional para que a EUDR entre em vigor de forma não contenciosa e em consonância com seus objetivos.

»Frase que foi pronunciada:

“Nem estou falando de outros processos relacionados com a construção do Estado da União. Aqui nós, como combinamos, estamos fazendo tudo isso com calma, sem pressa. Estamos a verificar cada passo para que cada passo nos fortaleça, nos fortaleça por dentro e por fora, fortaleça os nossos sistemas políticos, crie condições para o seu desenvolvimento, crie uma base fundamental, boa e sólida para o desenvolvimento econômico”

Vladimir Putin

»História de Brasília

Se colocássemos todas as obras da Novacap num só bloco, daria um edifício de três andares com a extensão de toda a Avenida Atlântica. (Publicada em 21/4/1962)